

A CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE E DE ORIGEM DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS - UMA FORMA DE POTENCIAR DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA REGIONAL

DINIZ, Francisco
BARRETO, Alexandre
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/
Departamento de Economia e Sociologia

SUMÁRIO

A criação do Mercado Único, em 1993, serve de pano de fundo a um novo enquadramento das bases teóricas para o desenvolvimento transfronteiriço. O conceito universal de desenvolvimento e as particularidades metodológicas e conceptuais do desenvolvimento das regiões de fronteira completam a teorização das perspectivas de desenvolvimento destas regiões.

A região de Trás-os-Montes é sumariamente descrita nas suas vertentes sócio-económicas, com especial relevo para o sector agrário como forma de potenciar uma perspectiva de desenvolvimento na certificação dos produtos agrícolas. Neste contexto são apresentados os passos de uma região transmontana para a certificação de um dos seus produtos de origem animal.

A CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE E DE ORIGEM DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS - UMA FORMA DE POTENCIAR DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA REGIONAL

DINIZ, Francisco

BARRETO, Alexandre

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/

Departamento de Economia e Sociologia

1. Bases teóricas para o desenvolvimento transfronteiriço

A partir de 1993 com a criação do Mercado Único Europeu deixarão de haver barreiras legais à circulação de pessoas e bens no interior do espaço comunitário. Isto é, às fronteiras ficará reduzido o papel de delimitar os diferentes espaços políticos mas deixarão de constituir entraves à livre circulação de pessoas, bens, serviços, capitais ou tecnologias. A aprovação ao nível de cada Estado Membro do Tratado de Maastricht conduzirá à passagem da Comunidade Económica Europeia para a Comunidade Europeia com o consequente alargamento do âmbito para além do estritamente económico.

A recente reforma dos Fundos Estruturais consagrada no Acto Único Europeu atribui prioridade elevada às regiões fronteiriças (Regulamento nº 2052/88). Tal facto ficou a dever-se à constatação de que ao longo dos séculos as fronteiras serviram mais para amortecer conflitos entre as nações, do que para constituir espaços de cooperação entre povos. A existência de desequilíbrios regionais aparece, por conseguinte, com maior evidência nestas zonas.

No caso português e espanhol, o problema do desenvolvimento transfronteiriço adquire uma importância particular, porque as regiões de fronteira constituem zonas económica e socialmente degradadas dentro de países que, em termos médios, se afastam consideravelmente da média europeia, no que diz respeito ao desenvolvimento económico, social e humano. Não será o livre jogo dos mecanismos do mercado que irá contribuir, de forma decisiva, para a resolução de desequilíbrios que se agudizaram ao longo dos séculos, fazendo com que estas regiões padeçam para a concorrência numa situação de manifesta desigualdade.

Estas regiões de fronteira têm as seguintes particularidades:

- São regiões fortemente deprimidas económica e socialmente;
- São regiões de grande debilidade em infraestruturas industriais, comerciais, de transportes e comunicações, sociais, culturais, etc.
- São regiões que vão passar por grandes mudanças institucionais com a abolição das fronteiras.

Uma vez delimitado e sumariamente caracterizado o espaço económico, introduzir-se-ão, na generalidade e a dois níveis, as bases teóricas do desenvolvimento:

- A nível Universal traçar-se-ão as linhas de orientação teórica do desenvolvimento económico e social, apoiados em trabalhos, recentemente, publicados pelas Nações Unidas;
- A nível do espaço concreto pretende-se analisar qual a metodologia mais adequada à sua especificidade.

1.1. Conceito Universal de desenvolvimento

"Os indivíduos são a verdadeira riqueza de uma nação e desenvolvimento tem como objectivo fundamental criar um ambiente que ofereça às populações a possibilidade de uma vida longa, feliz e saudável" (NAÇÕES UNIDAS, 1990).

Os problemas do desenvolvimento preocuparam, ao longo dos séculos, grandes pensadores. Aristóteles referia que as medidas e acções desencadeadas para dar aos indivíduos uma vida próspera fazem a diferença entre um bom e um mau sistema político. E. Kant, por sua vez, afirmava: "age de tal maneira que trates a humanidade tão bem na tua pessoa como nos outros sempre como um fim e não como um meio".

Esta citação de Kant serve para sublinhar uma concepção de desenvolvimento que tem como fim o próprio indivíduo e como objectivo o seu bem-estar económico, social, cultural, bem como o acesso à liberdade e a uma vivência democrática.

A riqueza material e o rendimento serão, por conseguinte, apenas um dos elementos de entre muitos que contribuirão para o desenvolvimento social e humano. Não são um fim mas, tão somente, um meio para que o indivíduo possa atingir uma vida longa e feliz.

No caso das regiões de fronteira entre Portugal e Espanha, a maioria dos indicadores socio-económicos são convergentes com o rendimento per capita nas comparações com as médias nacionais. São desfavoráveis os indicadores de saúde, de acesso à cultura e de lazer; estão ainda pouco enraizados os métodos e as práticas democráticas de gestão e de relacionamento humano, dificultadas por um caciquismo que se cimentou ao longo de muitas décadas; são menores as possibilidades de acesso a bens e serviços.

A par dos investimentos no crescimento económico torna-se imprescindível, para garantir um desenvolvimento auto-sustentado, social e regionalmente equilibrado, que se façam investimentos em infraestruturas de acessibilidades - transportes e comunicações - e em infraestruturas escolares, culturais e recreativas, na saúde preventiva e de protecção ao indivíduo entre outros. É necessário prestar especial atenção à relação existente entre crescimento económico e desenvolvimento humano.

1.2. Particularidades metodológicas e conceptuais do desenvolvimento das regiões de fronteira

Boudeville (1972) distingue três tipos de fronteira:

- Naturais, delimitadas por serras ou por rios;
- Históricas que dividem politicamente uma zona de desenvolvimento económico sem obstáculos naturais;
- Marítimas que, apesar de simultaneamente obstáculo e atracção, são um factor de localização económica devido à proximidade dos portos e de zonas de lazer.

Jeanneret (1985) aponta três traços comuns para as fronteiras:

- Provocam uma disparidade artificial na remuneração dos factores produtivos, acentuada pelas vicissitudes monetárias;
- São factor de distorção da polarização urbana desfavorável aos centros menos importantes;
- São local de contacto abrupto entre duas estruturas institucionais heterogéneas.

No que respeita à difusão da inovação, as fronteiras têm, geralmente, um papel **contraditório**. Como a inovação se propaga, normalmente, em primeiro lugar nos grandes centros e segue uma hierarquia urbana, as fronteiras, enquanto zonas de amortecimento entre políticas e interesses contraditórios, são zonas mais deprimidas e, como tal,

atrasam-se neste processo. Contudo, quando se trata de fronteiras entre um país produtor de inovação e um país simplesmente utilizador da mesma, a fronteira pode assumir a dianteira no processo de transferência de tecnologia e de inovação.

No que concerne ao processo decisório, importa que a decisão seja tomada numa proximidade espacial e emocional tão grande quanto possível do sistema real. Isso passa, por um lado, pela criação das condições institucionais - em especial no caso português - para que o processo decisório seja desenrolado, no fundamental, no espaço geográfico, económico e social das zonas de fronteira e, por outro lado, que os decisores tenham um conhecimento profundo da realidade socio-económica da região e dos anseios das populações. Com esta metodologia a tomada de decisões está intimamente relacionada, embora não se confunda, com a própria metodologia do processo de planeamento e do desenvolvimento regional.

Para que o processo de desenvolvimento regional ganhe uma dinâmica auto-sustentada ter-se-á que se identificar, integralmente, com os problemas, os desejos e as aspirações das populações. O desenvolvimento terá que partir de baixo "Development from below" como diz W. STÖHR (1981). Este desenvolvimento pressupõe, segundo o autor, o controlo dos efeitos do desenvolvimento vindo de cima e a criação de uma dinâmica de impulsos de desenvolvimento nas áreas menos desenvolvidas. Para satisfazer estas exigências será necessário, por um lado, reforçar e seleccionar as interações dentro das regiões de fronteira e entre estas e outras regiões de ambos os países e, por outro lado, estimular o surgimento de factores endógenos de mudança para combater as desigualdades e criar dinâmica de desenvolvimento.

Os objectivos fundamentais do desenvolvimento a partir de baixo são o desenvolvimento dos recursos naturais e humanos para satisfação das populações locais. Para se atingir este objectivo a maior parte dos excedentes devem ser investidos na região orientando-se para a diversificação da economia regional. Nas concepções de desenvolvimento regional, os conceitos monolíticos definidos com base em critérios económicos, em comportamentos competitivos, em motivações externas e nos mecanismos redistributivos de larga escala, deverão estar subordinados aos conceitos de objectivos sociais, de comportamentos colectivos e de motivações endógenas.

Apresentado que está o espaço económico, as concepções de desenvolvimento regional que melhor se adaptam passar-se-á à caracterização do território transmontano com especial incidência no sector agrícola com vista à elaboração de um diagnóstico que indique as principais potencialidades bem como os estrangulamentos dos sub-sectores vegetal, animal e florestal.

2. O TERRITÓRIO TRANSMONTANO

Trata-se de uma área muito vasta e muito heterogénea tanto do ponto de vista da geografia física, como da situação socio-económica e da problemática que coloca a promoção do desenvolvimento transfronteiriço.

De verdadeiramente comum existe uma situação de subdesenvolvimento caracterizado pelo predomínio de uma economia agro-pecuária de baixa produtividade e globalmente regressiva. O dinamismo económico concentra-se nos principais centros urbanos e é, em boa medida, promovido pelos serviços públicos, pelas transferências do exterior (pensões, transferências para as autarquias e remessas de emigrantes).

Entretanto, embora não directamente relacionados com a fronteira existem alguns produtos de excelência, como os vinhos do Douro (Porto e vinhos de mesa), a pecuária de qualidade e os frutos secos. O turismo rural e ecológico, constitui outro potencial que de certo beneficiará com a permeabilidade da fronteira.

As carências infra-estruturais, nomeadamente, as que relevam das acessibilidades, transportes e comunicações, o envelhecimento da população e o seu baixo nível de qualificação, são os principais obstáculos ou estrangulamentos ao desenvolvimento regional.

Do ponto de vista demográfico a região revela uma dinâmica negativa, reflexo de grandes movimentos migratórios (êxodo rural e emigração) da década de sessenta e parte da de setenta. A década de setenta conheceu uma inflexão desta tendência motivada pelo regresso de cidadãos das ex-colónias mas, mau grado, a melhoria das condições de vida da população entretanto verificada e as restrições impostas por vários países à emigração a região continua a perder população (perdeu 59 mil habitantes entre 1981 e 1991), facto que acentua o envelhecimento das estruturas demográficas.

A taxa de actividade da população é reduzida e as actividades agrárias são, naturalmente, preponderantes. A estrutura fundiária regional caracteriza-se pelo peso excessivo das pequenas explorações por conta própria, geralmente em regime de sequeiro, dependendo a sua viabilidade em grande parte da pluriactividade e/ou plurirrendimento.

No que concerne à indústria a região configura-se como um "deserto industrial" face à sua localização periférica e à ausência de políticas de desenvolvimento regional consequentes.

A indústria extractiva regista uma tendência recessiva, mas poderá recuperar ou até ampliar a sua importância dadas as potencialidades intrínsecas à região, particularmente, no domínio das rochas ornamentais, das águas mineralizadas e do termalismo. A indústria transformadora representa menos de 1% da indústria portuguesa e contribui com menos de 6% para o emprego e VAB regionais. Das cerca de cinco centenas de empresas recenseadas pelo INE apenas 71 terão mais de 20 trabalhadores ao serviço e apenas 7 ultrapassarão a centena. Sectorialmente o tecido industrial da região está, fortemente, associado ao mercado local e ao aproveitamento dos recursos naturais da região.

As actividades terciárias registaram algum dinamismo na última década mas revelaram um predomínio de pequenas empresas e estabelecimentos comerciais de produtos de primeira necessidade, denunciando as condições raras onde se exerce e um peso excessivo do funcionalismo. O padrão de distribuição espacial do comércio e serviços evidencia importantes desequilíbrios e tende a reforçar a polarização existente (designadamente, em torno do eixo urbano de Lamego-Peso da Régua - Vila Real-Chaves - Mirandela-Bragança).

Do ponto de vista das infraestruturas e equipamentos a região apresenta grandes carências que são, em simultâneo, expressão e factor do próprio estado de desenvolvimento económico e social da região.

As difíceis acessibilidades que se verificam são inibidoras de qualquer tipo tentativa mais ousada de canalização de investimentos para a região. Impõe-se, por isso, a execução dos itinerários principais já projectados, a reorganização da rede ferroviária e o incremento dos tráfegos fluvial e aéreo e das comunicações postais e telecomunicações. O aumento das acessibilidades constitui um elemento fundamental para o crescimento das trocas intra e inter-regionais e para a fixação de populações e técnicos.

A oferta ao nível dos equipamentos sociais e culturais é escassa e desequilibrada. O investimento nos sectores sociais e culturais (ensino, formação profissional, saúde, segurança social, desporto e cultura) é fundamental não só tendo em vista a supressão de carências e a equidade, mas também tendo em mente a qualificação da oferta e da rede urbana, por forma a atrair investimentos e a fixar populações e técnicos.

QUADRO SÍNTESE

	NUT III		Região A.T.Mont. * Douro	NUT II	NUT I
	A.T. Mont.	Douro		R. Norte*	Continente
Superfície (Km ²)	5105	4113	12281	21290	88944
Concelhos (nº)	14	19	33	84	275
Freguesias (nº) - 1990	394	301	695	2023	4006
População residente (10 ³)					
1960	355.5	314.3	669.7	3040.5	8293.0
1981	272.5	261.6	534.1	3410.1	9833.0
1991	235.5	239.5	475.0	3452.3	9853.0
Densidade pop. (hab/km ²)					
1960	44	76	55	143	93
1981	33	67	44	160	105
1991	29	58	39	162	105
Estrutura etária (%) - 1981					
0 - 14	27.0	28.2	27.6	28.9	25.3
15 - 44	37.3	37.2	37.3	42.4	41.6
45 - 64	22.9	22.0	22.4	18.9	21.7
≥ 65	12.8	12.6	12.7	9.8	11.5
Ratio dependência total (%) - 1981	66.1	68.9	67.4	63.1	58.1
Taxa de natalidade (%) - 1981	15.4	16.9	16.1	17.5	15.5
Taxa de mort. infantil (%) - 1981	34.5	37.5	36.2	29.4	21.7
Taxa de emigração (%) - 1976-80	12.7	6.3	9.5	5.5	8.9
População activa total - 1981	102059	82630	194689	1445287	4002511
Taxa de actividade (%) - 1981	37.5	35.4	36.5	42.4	42.9
Estrutura da pop. activa (%) 1981					
Primário	56.3	49.8	53.1	20.4	19.3
Secundário	17.3	20.1	18.8	45.9	38.8
Terciário	26.3	30.1	28.2	33.7	41.8
Emprego-1981	87449	84400	171915	1321529	3679467
Estrutura do emprego (%) - 1981					
Primário	56.3	49.8	53.1	20.4	19.3
Secundário	17.3	20.1	18.8	47.0	38.9
Terciário	26.3	30.1	28.1	32.6	41.8
Taxa de desemprego (%) - 1981	6.6	7.2	6.9	7.4	6.9
PAB (10 ⁶ esc.) - 1979-80-81	6191.9	5226.0	11417.8	29839.8	119764.7
Alojam.c/abast. de água (%) 1981	41.5	37.0	39.4	58.0	61.9
Camas Hosp. p/10 000 hab. 1985	12.7	6.3	9.5	5.5	8.9

FONTE: A Região do Norte em Números: Análise Estatística da Região do Norte, INE.

3. AGRICULTURA, PECUÁRIA E SIVICULTURA

3.1 - A região, embora pequena, mostra uma heterogeneidade geográfica enorme

Apesar da região não ter grande dimensão (12 282 km²) apresenta diferenças bem vinculadas quanto ao clima, relevo e solos e ocupação cultural.

A região tem um relevo muito acidentado, formado, grosso modo, por uma sucessão de planaltos com uma altitude próxima dos 700 m, fortemente dissecados pelo Douro e pelos seus afluentes. Alguns destes aproveitavam falhas de origem tectónica que deram origem a grabens e depressões. Acima dos planaltos erguem-se as montanhas situadas nos principais interflúvios, as quais não ultrapassam os 1500 m.

O clima da região é bastante contrastado, com invernos rigorosos e verões quentes e secos, com o período seco a diminuir com o aumento da altitude. Grosso modo, a altitude média sobe de S para N e o inverso sucede com a temperatura, embora ocorram enclaves de "Terra Fria" na "Terra Quente" e vice-versa.

Tendo em conta critérios geográfico-agrónomicos, a região poder-se-á dividir nas cinco "sub-regiões" seguintes: Terra Fria/Montanha, onde predominam os baldios, com vocação florestal e pastoril, e os prados permanentes; Vales Sub-montanos, com policultura associada à pecuária, terras de sequeiro, regadio, olival, vinha e soutos, os lameiros, normalmente a meia encosta, têm também alguma importância; Planalto, onde predomina a cultura extensiva de cereais de sequeiro, designadamente trigo; Terra Quente, zona de transição, entre o "Aro Douro" e a Terra Fria, onde predomina o olival, a vinha e o sobreiral; Douro, abrangendo grosso modo a RDD, onde predomina a vinha e estão presentes o olival e o amendoal.

3.2 - A estrutura fundiária regional caracteriza-se pelo peso elevado das pequenas explorações por conta própria, com parcelas pequenas e dispersas, geralmente em regime de sequeiro

3.2.1 - Na região predomina a pequena exploração agrícola

Os dados disponíveis mostram-nos o predomínio esmagador da pequena exploração. Segundo o RAC (1979), na região, cerca de 65% das explorações tinham menos de 3 ha de superfície agro-florestal e ocupavam 10% do total daquela área. As explorações com mais de 20 ha representavam 2,7% do número total das explorações, ocupando quase 40% da área. Com menos de 1 ha de área agro-florestal existiam cerca de 30% do número total de explorações, ocupando 4% do total da superfície agro-florestal da região.

A informação provisória do RCA de 1989 mostra que, na região, a área média por exploração é de cerca de 6 ha, sendo a área média no Douro de 4 ha e a do Alto Trás-os-Montes quase o dobro, mais precisamente 7,5 ha. Em cada unidade territorial considerada há também diferenças apreciáveis.

3.2.2 - A pequena exploração agrícola da região é fragmentada e dispersa

Embora haja diferenças sensíveis nas unidades territoriais consideradas, o número médio de blocos por exploração é de 9,4 (RCA, 1989), sendo a área média por bloco de apenas 0,65 ha. O fracionamento da propriedade fundiária é maior no Alto Trás-os-Montes que no Douro, 12,6 e 5,6 blocos por exploração, respectivamente.

No Alto Trás-os-Montes verifica-se uma variação de 8,6 blocos por exploração e 18,5 blocos. A área por bloco varia entre 0,34 ha no Barroso até 0,89 ha na Terra Quente. Nas ZA do Douro a dispersão é menor. Está compreendida entre 3,8 blocos no Douro Superior Sul até 7,8 blocos na ZA de Távora.

3.2.3 - Em muitas zonas a área irrigada é reduzida, condicionando fortemente a produção agrícola.

Segundo o RGA (1989), a área irrigada na região é de cerca de 69000 ha, o que perfaz 14% da área total da SAU. A área irrigada, tanto no Alto Trás-os-Montes como no Douro, não se afasta muito deste valor. No entanto as diferenças dentro de cada unidade territorial são assinaláveis.

No Alto Trás-os-Montes a variação máxima ocorre entre o Planalto e o Barroso, com uma área regada de 4% e 50% da SAU, respectivamente. Na Terra Quente o indicador toma o valor de 8% e na Terra Fria sobe a 13%.

No Douro a área irrigada apresenta também diferenças apreciáveis de ZA para ZA. Varia entre o valor insignificante de 2% no Douro Superior Sul até 43% na ZA do Távora, valor este que só é ultrapassado no Barroso.

No Alto Trás-os-Montes, as ZA do Planalto e da Terra Quente são as mais carenciadas de obras de regadio.

No Douro, apesar da área irrigada em relação à da SAU ser relativamente baixa, em todas as ZA a percentagem da área irrigada em relação à área irrigável é sempre superior a 50%, variando entre 62% no Douro Superior Norte e 77% no Távora.

3.2.4 - Na região a forma de exploração por conta própria é predominante

Na região a forma de exploração por conta própria é predominante, observando-se em cerca de 92% da área agro-florestal da região (RAC 1979). O arrendamento tem pouca importância, verificando-se em cerca de 6% da área total. Outras formas de exploração, designadamente o regime de parceria, não têm grande significado, não representando mais do que 1,9% do total da área.

No Alto Trás-os-Montes verifica-se que a conta própria é observável em aproximadamente 93% da área agro-florestal e o arrendamento em cerca de 6% daquela área. Estudos de caso mostram, contudo, que a forma de exploração "por empréstimo" (que não é considerada nas estatísticas oficiais), em que os proprietários da terra são idosos e migrantes, pode ser elevada, atingindo nalgum caso um valor máximo de 20% (FONSECA, 1991).

No Douro a conta própria cifra-se em cerca de 92% da área agro-florestal, e o arrendamento em torno dos 6%. O arrendamento tem uma importância desigual de ZA para ZA.

3.3 - Na região é grande a diversidade de culturas agrícolas

A região, um território relativamente restrito, comporta uma grande diversidade cultural, embora seja igualmente notória uma certa dominância de culturas consoante as características geográficas das áreas em apreço.

3.3.1 - No Alto Trás-os-Montes dominam as áreas de cereais, pousio e forragens

As áreas onde a montanha domina têm uma utilização de solo relativamente próxima, embora os cereais preponderantes sejam respectivamente o centeio e o milho a oeste e o trigo e o centeio a leste. Nas duas ZA de Barroso e Terra Fria a área dedicada aos cereais rondará 1/3 da SAU. Na segunda zona, com menos pluviosidade, cresce significativamente o peso do pousio que sobe a 1/4 da SAU. As culturas forrageiras têm importância, embora esta seja maior no Barroso (17% da SAU). Na ZA do Barroso, nomeadamente em Montalegre, há a salientar a cultura da batata (designadamente a de batata-semente), que ocupará pouco mais de 10% da SAU. Na ZA da Terra Fria a área ocupada com castanheiro tem importância. Os concelhos de Bragança e Vinhais, por exemplo, são conjuntamente responsáveis por uma área de cerca de 5200 ha (C. MARQUES, 1988: 12). Nas áreas de transição, designadamente nas ZA do Alto Tâmega e Alvão Padrela a policultura aviva-se. As culturas permanentes da vinha e olival estão também presentes, surgindo com igual peso nas duas ZA, cerca de 15% e 6% da SAU, respectivamente. Na ZA da Terra Quente o conjunto das culturas permanentes de olival, amendoal e vinha ocupa parte importante da SAU, 28%, 7% e 5%, respectivamente. Note-se, porém, que a área de cereal associada à do alqueive é equivalente, cerca de 40% do total da SAU. Na ZA do Planalto as áreas de cereais e alqueive ocupam a maior parte da SAU (55%). A maior parte da área afectada ao trigo na região (52%) encontra-se nesta ZA, estando afectada ao concelho de Mogadouro 25% do total da área de trigo. A vinha, o olival e o amendoal, localizadas nas encostas dos vales do Douro e Sabor ocupam, por esta ordem, cerca de 18% da SAU.

3.3.2 - No Douro predominam culturas permanentes: vinha, olival e amendoal

Na ZA do Baixo e Cima Corgo predomina notoriamente a vinha (63% da SAU). Com excepção do concelho de Vila Real, em todos os outros a cultura da vinha ocupa aproximadamente mais de 2/3 da SAU sendo, por vezes, superior a 85%. Na ZA de Lamego a vinha e os frutos frescos são culturas muito importantes, ocupando uma área que prefaz praticamente metade da SAU. A primeira ocupa mais de 1/3 da SAU e a segunda ocupa uma área superior aos cereais, batata e forragens.

A importância da vinha e dos frutos frescos decresce na ZA de Távora, onde ocupam respectivamente cerca de 10% e 5% da SAU, mas assinala-se alguma presença dos frutos secos (castanha, em cerca de 5% da SAU). O peso dos cereais cresce até cerca de 30% da SAU, com especial representatividade para o centeio e o milho. São igualmente importantes as forragens e a batata que cedem conjuntamente cerca de 1/3 da SAU. Na ZA do Douro Superior Norte observa-se o predomínio das culturas do olival e do amendoal. Conjuntamente estas culturas ocupam pouco mais de metade da SAU. Com certa expressão surgem depois a vinha (14% da SAU) e os cereais (11% da SAU). Na ZA do Douro Superior Sul encontramos uma estrutura produtiva próxima da zona a N.

3.4 - Na última década, observa-se a expansão do sector

3.4.1 - O crescimento do efectivo bovino leiteiro verifica-se nos locais com recolha organizada

Na região, entre 1979 e 1989, o efectivo bovino de vacas leiteiras aumentou apreciavelmente, um acréscimo de quase 50%. A mudança teve como consequência um acréscimo de 46% do número de bovinos jovens. O Planalto Mirandês é a ZA que apresenta maior crescimento, com mais 2731 vacas leiteiras no final da década: segue-se o Alto Tâmega (+1409), Alvão Padrela (+560), e Terra Fria (+513). O aumento deste

efectivo está associado à existência de estruturas de recolha, concentração e refrigeração (SCOM).

Para a mesma década, no Douro, verifica-se, no geral, um acréscimo ligeiro do número de bovinos não-leiteiros (+236 animais). O efectivo leiteiro, pelo contrário, regista uma redução notória: 713 vacas. Na região o número médio de vacas leiteiras adultas por exploração é baixo, cerca de 3. O Planalto Mirandês apresenta o maior valor médio de vacas por exploração, com 3,9 vacas, seguido da ZA do Alvão Padrela com 3,7. A estrutura produtiva de leite é assim dominada por pequenos bovinicultores, quer se considere o número de vacas, quer a produção por eles obtida. É de realçar a importância do rendimento proveniente do leite, o qual chega a representar cerca de 50% do rendimento total destes pequenos produtores (BAPTISTA *et al.*, 1990).

3.5 - O Sector florestal regional

3.5.1 - No contexto regional o sector florestal tem pouca importância

Na região a floresta ocupa só cerca de 16% da superfície total. Só em 3 das 12 ZA da região (Alvão-Padrela, Lamego e Távora) a taxa de arborização é superior a 30%, nunca ultrapassando, porém, os 33%. O contributo da floresta para o PAB da região (1979-80-81) foi de 1 600 000 contos, correspondendo, em média, a 14% do PAB. O peso da floresta para o PAB só ultrapassa os 30% no Távora aproximando-se dos 25% no Barroso, Terra Fria e Alvão-Padrela.

3.5.2 - A floresta encontra-se instalada sobretudo nos baldios

Na região o associativismo de produtores florestais é praticamente inexistente. Só em Fevereiro de 1992 foi constituída a APFNCP. Observa-se em Bragança e Vila Real uma larga predominância do regime público da propriedade florestal, com um relevo muito especial para as áreas de baldio geridas conjuntamente pelas JF e pela DGF. Este regime é dominante em qualquer dos distritos, mas ganha peso em Vila Real. Aqui o carácter microfundário da propriedade privada é igualmente um traço evidente.

3.5.3 - As espécies resinosas estão largamente representadas na região

No Alto-Trás-os Montes há um relativo equilíbrio entre folhosas e resinosas, as quais representam respectivamente 49% e 46% do coberto florestal. No Douro, pelo contrário, observa-se um claro predomínio das resinosas. Estas representam 76% do total do coberto florestal. Em qualquer das unidades territoriais, a representação dos povoamentos mistos de folhosas e resinosas é muito pequena, não ultrapassando 4%.

As resinosas (sobretudo o pinheiro bravo) encontram-se essencialmente nas zonas W de ambas as unidades territoriais, onde o clima tem forte influência atlântica. As folhosas dominam a E, com o castanheiro e o carvalho nas zonas de maior altitude e o sobreiro e a azinheira nas restantes. Há alguns indícios de que nos últimos anos se têm feito investimentos relativamente grandes em eucaliptais, sobretudo a Leste e Sul da região.

Para além das madeiras para fins diversos, os principais produtos florestais da região são a resina e a cortiça. Não desprezíveis, devido ao valor comercial, são as grandes de carvalho, sobreiro e azinheira, utilizadas quer para a sementeira quer para a alimentação de suínos. Outro produto abundante nas matas da região e com valor comercial são os cogumelos. Associadas à floresta temos ainda as espécies cinegéticas.

3.6 - Na região o sector vegetal é o que mais contribui para o Produto Agrícola Bruto

O PAB da região (média de 1979, 1980 e 1981) aponta para um valor de cerca de 11,5 milhões de contos. O maior contributo é dado pelo sector vegetal, que com um valor de mais de 8,5 milhões de contos representa 75 % do total.

Quer no Douro, quer no Alto-Trás-os-Montes, o peso do sector vegetal é elevado, representando respectivamente 80% e 70% do total em cada zona. As diferenças são mais marcadas ao nível das cinco "sub-regiões" indicadas acima. Assim, conclui-se que a sub-região Douro é aquela em que o sector vegetal tem uma maior importância relativa, contribuindo este com 85% para o PAB total. Observa-se depois um conjunto de 3 sub-regiões, Vales Sub-montanos, Planalto e Terra Quente, onde o contributo do sector vegetal para o PAB é de cerca de 75%. Na Terra Fria/Montanha o sector vegetal contribui com o menor valor para o PAB total da sub-região. Como seria de esperar, é aqui que o PAB animal atinge os valores máximos ao nível da região. É ainda de notar o forte contributo do sector florestal para o PAB da sub-região.

É notória a importância da vinha no PAB regional, à qual corresponde pouco mais de 1/3 daquele total; o contributo dos ovinos e caprinos para o PAB regional é superior ao dos bovinos; o peso dos cereais no PAB da região é praticamente equivalente ao do olival, mas inferior ao da batata; a importância dos frutos secos é pouco inferior à da floresta. Tenha-se, contudo, presente que actualmente este "retrato" está certamente algo desfocado, dado que, como vimos acima, na última década houve uma expansão notória das actividades ligadas aos pequenos ruminantes e aos bovinos leiteiros e a castanha passou a ser bastante melhor remunerada.

3.7. São múltiplos e diversos os estrangulamentos que afectam o sector agrário da região, mas são igualmente muitas e variadas as potencialidades existentes

Analisando o sector agrário poder-se-ão referir como estrangulamentos relevantes para o seu desenvolvimento: a reduzida área regada (14% de SAU), a fragmentação das parcelas das explorações agrárias, a incipiente investigação agrária adaptada à diversidade regional, a deficiência das estruturas de apoio à produção agro-florestal e a ausência de infraestruturas, tais como redes viárias, electrificação e mercados agrários.

Apesar de todas estas vicissitudes a região encontra as suas potencialidades explicitadas nos seguintes aspectos: diversidade edafoclimática e cultural, elevada qualidade dos produtos regionais, possibilidade de aumento da área regada.

Prestando agora alguma atenção aos três sub-sectores que compõem o sector agrário é fácil identificar os aspectos que têm vindo a constituir obstáculo à melhoria das condições de vida das populações da região. A grande atomização da oferta aliada à inexistência de mercados de origem que valorizem a qualidade dos produtos regionais aparece, sem sombra de dúvida, a liderar os obstáculos a ultrapassar. Em todos os sub-sectores existem problemas fito-higiénico-sanitários a resolver. Por fim há também a ultrapassar a barreira imposta pela falta de domínio dos sistemas de comercialização e da inexistência de uma indústria transformadora.

Do que até agora ficou exposto fica bem claro que um dos caminhos para potenciar o desenvolvimento com base no sector agrário é a valorização dos produtos agrários regionais de qualidade. O primeiro passo a ser dado terá que ser, sem dúvida, o da Certificação. Uma das regiões onde o processo de certificação começa a dar os primeiros

passos é a região de Barroso, razão pela qual a partir de agora se procederá ao enquadramento socio-económico da mesma.

Um dos principais objectivos definidos no artigo 39º do Tratado de Roma, o qual descreve os principais objectivos da política agrícola comunitária, era o de assegurar à população agrícola um nível de vida comparável aquele conseguido noutras actividades.

A definição do modelo específico de desenvolvimento da agricultura europeia estabelecido pela Comunidade, o qual se baseia no "conceito de uma agricultura campestre, caracterizada pela predominância da exploração familiar e por estruturas produtivas diversificadas", vem dar o suporte teórico à estratégia desenvolvida para preservar as estruturas sociais e económicas nas zonas rurais e a paisagem moldada pelo Homem ao longo dos séculos.

A emigração verificada em toda a região de Barroso desde meados do século revela a existência de um equilíbrio precário dos sistemas de produção regionais no período que antecede o êxodo rural. Em resultado dessa emigração a população de Barroso diminuiu de 47209 habitantes em 1960 para 22162 em 1991 o que corresponde a uma variação superior a 50%. Refira-se que a esta variação correspondeu um decréscimo igualmente acentuado da densidade populacional a qual passou de cerca de 42 para 21 habitantes por Km² aproximadamente. A situação dever-se-á considerar ainda mais preocupante se se considerar o estreitamento cada vez mais acentuado registado ao nível das classes etárias intermédias quando estas são representadas em pirâmides.

Nem mesmo a adesão de Portugal à Comunidade Europeia veio alterar esta situação de êxodo da população agrícola, apesar da grande quantidade de fundos canalizados para a região quer através de subsídios à produção quer através do Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa, o qual possibilitou a melhoria da rede de infra-estruturas, e dos Regulamentos Comunitários nº 797/85 e 355/77 que no conjunto prefizaram um montante total de investimento superior a um milhão e meio de contos.

Apesar do apoio comunitário dado às regiões desfavorecidas considerar já ajudas directas ao agricultor, a população continua a realizar o seu movimento para zonas onde outras possibilidades de emprego lhe permitam aumentar o seu nível de vida. Torna-se por isso necessário encontrar outras formas de rendimento para as populações rurais e mais concretamente para as populações agrícolas de zonas extremamente deprimidas, em termos económicos, como é o caso de Barroso.

Atendendo às extraordinárias potencialidades da região, às quais faremos referência de seguida, julga-se ser possível melhorar as condições de vida das populações através da criação de mais valias as quais deverão ser distribuídas de uma forma equilibrada por toda a população da região.

Como potencialidades da região apontamos a beleza paisagística e a sua grande diversidade de produtos alimentares tradicionais de elevada qualidade. Assim, a dinamização do Turismo, considerado como um meio de explorar essa riqueza paisagística, e a exportação (para fora da região) de produtos alimentares de qualidade serão seguramente uma das formas de aumentar o rendimento das famílias de Barroso, solução também adoptada noutros espaços rurais como é o caso da Região da Aquitânia.

Convém referir que se entende o Turismo como uma forma de integração de várias actividades umas que, embora exercidas na Região, deverão ser dinamizadas e outras que possam vir a aparecer. Realçam-se, por exemplo, a gastronomia e o artesanato de entre as actividades a dinamizar e a caça, a pesca, a criação de cavalos de passeio e a

exploração de infraestruturas de acolhimento (recuperação de casas com traçado tradicional) de entre as actividades que possam vir a surgir.

Ligados à gastronomia surgem os produtos alimentares de qualidade de que são exemplo a carne de Barrosão (raça bovina autóctone), o presunto e enchidos de fumeiro, o pão de ceiteio, o mel, a manteiga de leite de vaca barrosã.

Analisando o modo como a Região da Aquitânia ultrapassou os problemas que defrontou conclui-se que a evolução do sector agrícola assentou em três linhas de força: organização da produção apostando numa oferta de qualidade orientada por uma procura cada vez mais exigente; garantia de qualidade e genuinidade dos produtos conseguidas através de uma certificação efectuada por organismos intimamente ligados com as denominações de origem e onde os agricultores se sentem representados; agressividade de mercado traduzida por esquemas de "marketing" bem montados.

Se a qualidade dos produtos da Região de Barrosão é reconhecida, sendo grande a sua procura por parte daqueles que a visitam, é também verdade que a oferta é escassa uma vez que a maior parte da produção se destina ao autoconsumo. A heterogeneidade da produção motivada pelos diferentes modos de produção em cada uma das sub-zonas impede a tipificação da produção.

O circuito de comercialização destes produtos pode ser delineado em duas vertentes: comercialização através de uma rede de locais de venda (restaurantes e estabelecimentos comerciais) distribuídos pela região ou colocação dos produtos junto dos grandes centros de consumo através da identificação de locais de venda estratégicos, fora da região, onde se pretende atingir um seguimento de mercado mais alargado, mas bem determinado.

Em qualquer dos casos, torna-se necessário o recurso a cartazes e folhetos publicitários em que haja uma identificação clara do produto à região. Desta forma despertar-se-á o interesse dos consumidores não só por todos os produtos regionais como também pela região potenciando assim o desenvolvimento de outras actividades criadoras de valor acrescentado como as anteriormente identificadas ligadas ao turismo.

A criação de uma imagem de marca ligada a um logotipo identificativo da região constitui assim o primeiro passo para a sua divulgação junto do consumidor.

4. A CERTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÁRIOS - UMA QUESTÃO DE ÉTICA

O reconhecimento da qualidade, credibilidade e da tradicionalidade dos processos produtivos por parte dos consumidores aliados a uma total transparência do funcionamento dos mercados traz para primeiro plano a questão de se investigar que estratégias deverão ser delineadas com vista à criação institucional de organismos a nível regional e inter-regional a quem sejam confiadas as tarefas acima referidas.

Em primeiro lugar a sua existência faz nascer no seio dos diversos intervenientes no processo produtivo uma ética alicerçada no conceito da qualidade. A ideia de fileira de produção aparece, pois, como motor da certificação. Uma fileira de produção, ao aderir voluntariamente a rigorosos controlos supervisionados pelo organismo certificador, revela que tem uma verdadeira política de desenvolvimento e dinamização da sua gama de produtos. A certificação deve, no entanto, ser entendida não só como uma etiqueta mas principalmente como uma ética.

Desde o início do processo produtivo até à comercialização de determinado produto, o organismo certificador deve regulamentar de forma precisa o plano de controlo que

permita gerar a confiança do consumidor através do reconhecimento de um elevado padrão de qualidade do produto tanto a nível gustativo, higiénico e nutricional, como também uma forma de identificação da sua autenticidade.

Esta regulamentação deve conter os critérios mínimos exigidos para obtenção da certificação, tendo em conta os hábitos alimentares do consumidor e as novas tecnologias de produção. Na definição destes critérios mínimos dever-se-á ter em linha de conta a selecção dos factores de produção, a especificação das tecnologias de produção, as condições a que devem obedecer o armazenamento e o transporte dos produtos, a tipificação do produto por diferentes categorias, a garantia de frescura do produto, entre outros. A etiqueta informativa funciona para o consumidor como um cartão de identidade que garante uma qualidade superior. Deu devem, por isso, constar os seguintes elementos:

- Número individual de identificação de cada produto (ou lote de produtos) certificados;
- Número de homologação do organismo certificador;
- O nome do produtor;
- A marca regional do produto;
- Data limite para o consumo;
- Informação sumária e clara acerca da tecnologia de produção.

Para que a certificação tenha, ela mesma, credibilidade deveria existir um organismo independente, a nível regional, inter-regional, nacional ou mesmo, porque não, transfronteiriço. Nele participariam as organizações profissionais que constituem a fileira de produção e os consumidores com representatividade equitativa.

A certificação facilita a exportação dos produtos a ela sujeitos porque torna os mercados mais transparentes. Um outro passo a dar é o reconhecimento de que o produto certificado esteja de acordo com as Normas Comunitárias. Por fim, é de salientar a maior eficiência obtida pelo "Marketing" desenvolvido pelo organismo certificador.

Até à data, apenas a carne da raça bovina autóctone Barrosã tem sido objecto de alguns estudos que visam determinar e caracterizar as condições de produção e os sistemas de produção em que estes bovinos se inserem.

O bovino Barrosão aparece integrado em sistemas de produção orientados para o auto-consumo sendo responsáveis pelos elevados teores de matéria orgânica dos solos. Por outro lado constituem uma importante fonte de tracção e de rendimentos monetários conseguidos pela venda de vitelos com 4 a 6 meses de idade resultantes da exploração de fêmeas reprodutoras.

É ainda de salientar que os bovinos desta raça devido à sua extraordinária rusticidade e adaptação ao meio permitem a valorização de recursos que de outra forma não seriam tão pouco integrados nos sistemas produtivos como é o caso dos sub-produtos de algumas culturas vegetais (batata e nabos, por exemplo) e pastagens naturais de áreas baldias. A utilização destes produtos na alimentação animal é uma forma indirecta de os valorizar através da entrada dos animais nos circuitos de comercialização com o consequente aumento do rendimento monetário.

Os principais estrangulamentos relativos ao bovino Barrosão relacionam-se quer com a produção quer com as condições de comercialização, sendo de destacar os seguintes aspectos: a dispersão da oferta é um travão à concorrência onerando o produto quer através da existência de uma rede de intermediários quer pelo aumento dos custos de transporte; a reduzida valorização comercial dado que o baixo peso e conformação característica das carcaças dos vitelos desta raça levam a que o rendimento no talho seja

baixo; a inexistência de uma rede de abate, desmancha, desossagem e embalagem tecnicamente adequada; concentração da oferta no primeiro semestre quando a procura é maior no segundo semestre; inexistência de mecanismos de certificação da carne com a consequente nivelação do preço por um produto de inferior qualidade.

Para que todo o processo de comercialização seja melhorado vários estudos estão a ser feitos no sentido de uma definição clara do produto. Estão a ser objecto de estudo: as condições de produção, transporte e abate, nomeadamente no que diz respeito à idade e ao sexo dos animais a abater; estado sanitário do efectivo existente; tipo de dieta e manejo; desmancha, desossagem, conservação e embalagem. A ponderação de todos estes aspectos permitirá melhorar o escoamento da produção, criando um maior valor acrescentado pelo aumento do preço.

Para que o processo de comercialização possa ser rentabilizado torna-se necessário um aumento da produção, que pode ser conseguido pelo aumento do efectivo de fêmeas reprodutoras. Este aumento da produção, que poderá induzir a estabilização do preço não deve ser feito à custa da diminuição da qualidade do produto.

Paralelamente ao aumento da oferta, a regularização dos circuitos de comercialização como imperativo de racionização do sistema produtivo não deve ser feita sem que o processo de certificação esteja assegurado pois só assim se poderá optimizar o valor acrescentado que permita um maior rendimento aos agricultores.

O processo de certificação da carne de Barrosão está ainda no início. Foi já referida a realização de estudos de definição de produto que permitam a aferição de critérios de certificação. É de salientar que todo este processo foi uma iniciativa de uma associação de produtores.

Nunca será de menos salientar que os mais sérios entraves ao processo de certificação não se situam ao nível dos produtores que, reconhecendo a qualidade do seu produto, pretendem que este se venha a tornar na sua principal fonte de rendimento, mas sim ao nível dos organismos estatais.

Actualmente existem duas associações de produtores: uma em Trás-os-Montes (Barroso), Solar da raça, e outra no Entre-Douro-e-Minho. Realce-se que a posição dos bovinos da raça Barrosã é diferente em cada uma das regiões. Em Barroso existem explorações especializadas na produção de bovinos desta raça que sendo a única fonte de rendimento destas explorações justificam o elevado encabeçamento médio verificado nas mesmas. Ao contrário, no Entre-Douro-e-Minho os animais desta raça surgem apenas como forma de valorização de sub-produtos da exploração. Esta importância diferenciada dos bovinos da raça levou a um maior dinamismo dos produtores transmontanos. A associação de produtores de Barroso, com a colaboração da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes tem vindo a desenvolver um trabalho de fundo que passa pela criação de novilhos, instalação de postos de cobrição e disponibilização de animais para a realização dos estudos acima referidos.

Os primeiros passos do processo de certificação da carne Barrosã têm tido como principal entrave não o agricultor como habitualmente é alegado mas sim querelas institucionais contra as quais eles mesmos nada podem.

BIBLIOGRAFIA

- BAPTISTA, *et al.* (1990). O PDRTM/Vales Sub-Montanos e o funcionamento das explorações leiteiras: que sistema forrageiro para que tipo de exploração?. UTAD/DES, Vila Real.

- BERNARDO, A. *et al.* (1992). Melhoria das condições de produção e comercialização de bovinos da raça Barrosã. DRATM, Mirandela.
- BOUDEVILLE, J.R. (1972). Aménagement du territoire et polarisation. Genin, Paris.
- CCRN (1988). A região norte em números. CCRN, Porto.
- CE (1989). Uma Política Agrícola Comum para os anos noventa. Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.
- CHAMBRE REGIONAL D'AGRICULTURE D'AQUITAINE (1990). Les marchés de consommation - La certification de qualité en Aquitaine. Agritaine n° 69.
- DINIZ, F.J.L.S. (1992). O papel do sector agrícola no desenvolvimento regional - O caso da Aquitânia. UTAD/DES, Vila Real.
- FONSECA, A.C. (1991). Elementos para a caracterização agrária da aldeia de Garganta. Relatório Final de Estágio. UTAD/DES, Vila Real.
- INE (1982). Recenseamento Geral da Agricultura - 1979.
- INE (1992). Recenseamento Geral da Agricultura - 1989 (dados provisórios).
- JEANERET, Ph (1985). Régions et frontières internationales. Institut de Recherches Economiques et Régionales. EDES, Neuchâtel.
- MARQUES, C.P. (1988). Acções preparatórias do programa integrado de desenvolvimento regional. Componente de madeiras e florestas. Inventariação das áreas e produções dos souts em Trás-os-Montes. UTAD, Vila Real.
- NAÇÕES UNIDAS (1990). Rapport mondial sur le developpement humain (PNUD).
- PORTELA, J. *et al.* (1992). Situação actual e evolução recente do sector agrário do Alto Trás-os-Montes e Douro. UTAD, Vila Real.
- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA REGIONAL DE BARROSO (1992). Primeiro documento de trabalho. DRATM, Mirandela.
- REIGADO, F.M. (1991). Desenvolvimento transfronteiriço. UBI, Covilhã.
- REIGADO, F.M. (1992). Desenvolvimento transfronteiriço - O caso particular da Raia Central (Portugal) e de Cáceres e Salamanca (Espanha). UBI, Covilhã.
- SANTOS, J.M.L. (1992). Mercado economias e ecossistemas no alto Barroso. Câmara Municipal de Montalegre, Montalegre.
- STÖHR, Walter (1991). Development from Below. John Wiley & Sons Ltd., London.

ABREVIATURAS

A T Mont	- Alto Trás-os-Montes	PAB	- Produto Agrícola Bruto
APFNCP	- Associação dos Produtores Florestais do Norte e Centro de Portugal	R Norte	- Região Norte
DGF	- Direcção Geral das Florestas	RAC	- Recenseamento Agrícola do Continente
E	- Este	RDD	- Região Demarcado do Douro
hab	- habitante	RGA	- Recenseamento Geral de Agricultura
hosp	- hospitalares	S	- Sul
INE	- Instituto Nacional de Estatística	SAU	- Superfície Agrícola Útil
JF	- Junta de Freguesia	SCOM	- Sala Colectiva de Ordenha Mecânica
N	- Norte	VAB	- Valor Acrescentado Bruto
NUT	- Nomenclatura de Unidade Territorial	W	- Oeste
		ZA	- Zona Agrária